

## DEBATE SOBRE RESENHA DE *NÃO SOMOS BANDIDOS*


Recebemos do autor Michel Cahen a seguinte manifestação, aqui publicada na íntegra, sobre a resenha de seu livro no número anterior da *Afro-Ásia*.

Agradeço muito a Juvenal de Carvalho Conceição pela resenha que fez do meu livro “*Não somos bandidos*”: *a vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomati (1983-1985)*, tanto mais que me pareceu bastante apreciadora do meu trabalho. Não quero aqui discutir os comentários do autor: é a regra das resenhas! Queria só frisar um aspecto concreto, um erro factual, mas que tem grande importância para medir o valor da fonte utilizada no livro, a saber, os *Cadernos de Gorongosa*, da Renamo, movimento rebelde durante a guerra civil moçambicana.

O governo da Frelimo, que confiscou esses *Cadernos*, publicou extratos para demonstrar que a Renamo mantinha ligações com a África do Sul apesar do Acordo de Nkomati (1984) que as proibia. O autor da resenha escreve que, do meu lado, tive acesso a extratos em sentido contrário, o que pode comprometer o seu valor heurístico. Mas não tive acesso a “extratos”! Tive acesso a uma dezena de *Cadernos* completos, manuscritos, que me permitiram analisar 3.401 mensagens de rádio transcritas e decodificadas entre o Quartel-General da Renamo e os grupos locais da guerrilha. Teriam

esses cadernos completos sido “selecionados” pela pessoa que os roubou para relativizar o papel da África do Sul no apoio à Renamo? É impossível. Foram roubados por um agente de um serviço secreto estrangeiro, só com fins documentais, para saber o que era a Renamo. Se o resenhista soubesse da nacionalidade do agente, perceberia de imediato que o objetivo deste nunca seria de relativizar as relações entre a Renamo e o *apartheid*. Mas tenho

que proteger a fonte. Aliás, mesmo sem conhecer a nacionalidade do agente, a prova do que explico é que essa “apanha” de *Cadernos* nunca foi utilizada para dizer que a Renamo não tinha ligação com a África do Sul. E comecei a trabalhar nesses Cadernos em 2015, isto é, trinta anos depois da sua apanha pelo exército da Frelimo.

PS: Os *Cadernos* a que tive acesso estão hoje online no Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa) .

**Michel Cahen**    
Universidade de Bordeaux

Segue também na íntegra a resposta do autor da resenha,  
Juvenal de Carvalho Conceição.

O professor Michel Cahen tem toda razão quando diz que minha leitura foi “bastante apreciadora” do seu trabalho. Quero deixar explícito meu respeito e admiração pelo trabalho e por toda a experiência do autor. Digo isso porque a leitura de *Não somos bandidos”: a vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomati*

(1983-1985) (Lisboa: ICS, 2019) foi um momento de aprendizado muito significativo, tanto sobre a história de Moçambique, e da Renamo em particular, quanto sobre o fazer historiográfico, aspecto em que a obra é uma aula.

Sobre o que Cahen classifica como “erro factual” da minha parte, permitam-me algumas observações.

Na página 440, referindo-me aos *Cadernos*, afirmo textualmente: “O autor teve acesso parcial a essa documentação inédita e valiosíssima”; e logo em seguida acrescento: “Analisou 3.401 mensagens, que permitiram mapear a estrutura, o funcionamento, as relações internas, as estratégias de atuação da Renamo”.

Procurei destacar a grandiosidade da documentação, mas ao mesmo tempo, a limitação da mesma. O material analisado no livro foi ou não foi uma parte dos *Cadernos*? Como o leitor não sabe, e nem tem como saber, o que é o conjunto da documentação, não temos como dimensionar a parte que foi disponibilizada para o autor. Meu questionamento é: o “agente do governo estrangeiro” repassou todos os *Cadernos* “extraviados”? Não. Segundo o que está no próprio livro (pp. 26-27), repassou apenas uma parte, uma seleção. Ou seja, repassou extratos da documentação “extraviada”. Caso esse agente tenha repassado a totalidade do material que extraviou isso precisaria ficar explícito no livro.

Verdade, usei o termo “extrato” no final, mas o fiz exatamente para ressaltar a dificuldade que temos de estabelecer a dimensão de cada

conjunto documental. O leitor não fica sabendo o que a parte extraviada pelo agente representa no conjunto dos *Cadernos*. Como está dito no livro, ele roubou “parte do espólio”. Qual parte? Não sabemos. Pegou aleatoriamente? Não sabemos. Talvez, considerando as limitações decorrentes da necessidade de manter o sigilo da fonte, fosse o caso de explicitar a diferença de natureza entre o conjunto que foi publicado pelo governo e aquele a que o autor teve acesso.

Quais as intenções desse agente? Ao repassar os extratos, estava agindo por conta própria ou em nome do governo para o qual prestava serviço? Se “extraviaram” a documentação “só para saber”, qual a razão para não publicar tudo? Por que não repassar toda a documentação para que o historiador pudesse analisá-la? Qual o critério que o agente utilizou para escolher especificamente, essa parte da documentação para compartilhar com o pesquisador? Foi uma escolha aleatória e desinteressada? Não acredito em ação desinteressada, pior ainda quando se fala em ações governamentais, especialmente dos seus serviços secretos. Assim, considero que seria indispensável

e interessante colocar em primeiro plano, no livro, um debate sobre as intenções do agente.

Eu compreendo e estou totalmente de acordo com a necessidade de proteger a fonte. A questão levantada é que as 3.401 mensagens não foram selecionadas pelo historiador. Tal fato não reduz a importância da documentação, nem do trabalho magistral de análise desenvolvido. Porém, é um aspecto que precisa ser destacado em primeiro plano e não de modo

discreto como aparece no texto, pois é indispensável também ao entendimento do leitor.

Essa é a reflexão que faço, repetindo que gostei muito do livro e acho que se trata de mais uma contribuição valiosa de Michel Cahen em várias dimensões, tanto como exemplo de trabalho do historiador, como para o conhecimento da trajetória da Renamo, organização que é parte importante dos dilemas da história contemporânea de Moçambique.

**Juvenal de Carvalho Conceição**  

*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*